



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ACESSO E PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

KETHELEN APARECIDA BRANDÃO

MARIA JOSÉ DE SOUZA

2022
Mariana-MG



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO



KETHELEN APARECIDA BRANDÃO

MARIA JOSÉ DE SOUZA

ACESSO E PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Trabalho de Conclusão de Curso sob o formato de artigo científico, apresentado à disciplina de Monografia do Departamento de Educação da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito para obtenção do título de Pedagogo(a).

Orientação: Prof^ª. Dr^ª. Fernanda Aparecida O. R. Silva

Prof. da disciplina de Monografia: Dr^ª. Verônica Mendes Pereira.

2022
Mariana-MG

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S729a Souza, Maria Jose de.
Acesso e permanência dos estudantes na Educação de Jovens e Adultos. [manuscrito] / Maria Jose de Souza. Kethelen Aparecida Brandão. - 2022.
21 f.: il.: gráf..

Orientadora: Profa. Dra. Fernanda Aparecida Oliveira Rodrigues Silva.
Produção Científica (Licenciatura). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Graduação em Pedagogia

1. Educação de jovens e adultos. 2. Práticas pedagógicas. 3. Trabalhadores-estudantes. I. Brandão, Kethelen Aparecida. II. Silva, Fernanda Aparecida Oliveira Rodrigues. III. Universidade Federal de Ouro Preto. IV. Título.

CDU 374.7

Bibliotecário(a) Responsável: Edna da Silva Angelo - CRB6 2560



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO



FOLHA DE APROVAÇÃO

Kethelen Aparecida Brandão

Maria José de Souza

Acesso e permanência dos estudantes na Educação de Jovens e Adultos

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia

Aprovada em 30 de junho de 2022

Membros da banca

Dra. Fernanda Aparecida Oliveira Rodrigues Silva - Orientador(a) (Universidade Federal de Ouro Preto)

Dra. Verônica Mendes Pereira - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Fernanda Aparecida Oliveira Rodrigues Silva, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 05/05/2022



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Aparecida Oliveira Rodrigues Silva, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 07/07/2022, às 17:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0357280** e o código CRC **25D6C0C9**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.008893/2022-42

SEI nº 0357280

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000
Telefone: (31)3557-9413 - www.ufop.br

Acesso e permanência dos estudantes na Educação Jovens e Adultos

Kethelen Aparecida Brandão

Maria José de Souza

RESUMO: O presente estudo analisa o acesso e a permanência de estudantes de uma turma do Ensino Fundamental I da Educação de Jovens e Adultos (EJA) de uma escola Municipal de Mariana - MG, sob a visão do precursor da Educação de Jovens e Adultos, Paulo Freire (1921-1997). O propósito é compreender, identificar, analisar e fundamentar os motivos que levaram à evasão escolar desses alunos e quais as razões que os levaram a retornarem e permanecerem na escola resistindo às dificuldades encontradas no seu retorno. Diante disso, somos desafiadas a pensar o quanto é importante tematizar esse assunto. Para tal análise utilizamos um estudo de caso. Nas análises dos dados constatou-se que os alunos da EJA deste campo de pesquisa, em sua maioria, são trabalhadores e não possuem dedicação exclusiva ao estudo, buscando superar as dificuldades encontradas no decorrer de sua trajetória escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos; Desafios à permanência; Práticas pedagógicas; Alunos trabalhadores.

ABSTRACT:

The present study analyzes the access and permanence of students in a class of Elementary School I of the Youth and Adult Education (EJA) of a Municipal school in Mariana - MG, under the vision of the precursor of Youth and Adult Education, Paulo Freire (1921-1997). The scholar is to understand, identify, study and justify the reasons they study to dropout and the reasons that led them to return and remain in school, resisting the issues they study on their return. Given this, we are challenged to think or how important it is to thematize that we assume. For this analysis we used a case study. Most of the exclusive data of this study is that the research students, in their history, and do not have study dedication, field of study, are workers' research in the course of their school trajectory.

INTRODUÇÃO:

O presente estudo tem como enfoque principal a Educação de Jovens e Adultos (EJA). O propósito é compreender que apesar de tantos motivos para a evasão escolar, existem muitos alunos que resistem e continuam seus estudos mesmo tendo ficado fora da escola por longos anos.

A escola é a instituição responsável pelo processo de ensino, com o objetivo de formar e desenvolver cada indivíduo em seus aspectos cultural, social e cognitivo. Neste sentido, ela deve ser acessível e oferecer a todos um ensino de qualidade, buscando atendê-los em todos os aspectos da educação. A não alfabetização pode acarretar limitações, dificuldades e principalmente uma baixa autoestima, e dessa forma, a escola é um espaço que possibilita uma convivência trazendo a troca de conhecimentos, contribuindo assim para o convívio social. Desse convívio social, nenhum estudante poderia ser privado.

BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

A história da Educação de Jovens e Adultos apresenta grandes avanços ao longo do século passado, porém, ainda permanecem outros grandes desafios a serem enfrentados.

O reconhecimento da importância da escolarização dos adultos se intensificou no início da década de 1960, com os movimentos de educação popular. Nessa fase, o Brasil passava por grandes transformações em decorrência do desenvolvimento econômico, no qual o direito à alfabetização era uma condição para o exercício da cidadania. As condições mais precárias de trabalho eram destinadas às pessoas com baixo nível de escolaridade ou em situação de analfabetismo. Em virtude do golpe civil militar de 1964, o governo busca reprimir os movimentos de educação popular e os substitui pelo Mobral¹. Entretanto, o Movimento ainda que tenha tido relativo êxito, pelo fato de ter sido um programa de governo com abrangência nacional, possuindo material didático adequado, valorizando o trabalho dos docentes, deixou claro que se tratava de um instrumento para impor o autoritarismo do regime militar.

¹ Movimento Brasileiro de Alfabetização, instituído pelo Decreto nº 62.455, de 22 de março de 1968, durante o governo de Costa e Silva na ditadura militar.

Em meados de 1980, o paradigma da educação popular inspirou práticas de alfabetização, escolarização, formação política e de ações culturais semelhantes aos movimentos dos trabalhadores urbanos, indígenas e negros, no qual desempenharam um avanço na organização de base e em mobilização pela conquista da terra e uma justa remuneração do trabalho, buscando moradias e serviços sociais, incluindo a educação. Após o regime militar, os analfabetos tiveram direito ao voto e o reconhecimento dos direitos educativos dos jovens e adultos.

Com o fim do regime militar, a Assembléia Nacional Constituinte acolheu as demandas dos movimentos sociais, restituindo o direito de voto aos analfabetos e reconhecendo os direitos educativos dos jovens e adultos. Esse reconhecimento não teve, porém, a repercussão esperada nas políticas públicas de educação, devido às orientações neoliberais que prevaleceram na administração governamental durante os anos 90, um período marcado pela redefinição da liderança mundial, pela globalização econômica e por profundas mutações no mundo do trabalho (DI PIERRO, 2008, p. 398-399)

Com a Constituição de 1988 fica estabelecido o direito dos jovens e adultos ao ensino fundamental e foi estabelecida a obrigatoriedade do oferecimento gratuito, com intenção de promover a superação do analfabetismo.

Com o governo de Fernando Collor², em 1990, criou-se o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC) com ações pontuais transferindo recursos para projetos de ensino. Contudo, as políticas para a educação deste período não corresponderam às expectativas geradas pela Constituição de 1988, pois, se reafirmou o caráter compensatório da EJA, o qual não a via como um processo permanente de se pensar educação, que deve ocorrer ao longo de toda sua vida.

Em razão da exclusão do ensino de EJA de financiamento³ da educação fundamental, produziu-se uma espécie de paradoxo da redemocratização, no qual os direitos educacionais da EJA afirmados na legislação, foram negados nas políticas governamentais. Esta realidade mudou com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) em 2007, que distribuiu recursos para toda a Educação Básica.

² Fernando Affonso Collor de Mello, conhecido como Fernando Collor, é um político brasileiro e foi o Presidente do Brasil entre os anos de 1990 até 1992.

³ FUNDEF - O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

Com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº9.394/1996 (LDB):
“*Seção V da Educação de Jovens e Adultos Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.*” (BRASIL,1996).

Do Direito à Educação e do Dever de Educar Art. 4 VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola (BRASIL, 1996).

Uma das inovações dessa lei foi a forma de reinserção no sistema educativo de adolescentes e jovens excluídos precocemente. Porém, com a não especificidade da LDB sobre a duração mínima dos cursos e a idade de ingresso dos mesmos, no ano de 2000 o Conselho Nacional de Educação (CNE) instituiu normas complementares para EJA, estabelecendo idade mínima para ingresso aos cursos, enfatizando também o ensino de qualidade⁴. Posteriormente em 2001 com a lei nº10.172 o Plano Nacional da Educação (PNE) instituiu o direito ao ensino fundamental a todos que não tiveram acesso na idade regular ou não concluíram os estudos.

No governo de Fernando Henrique Cardoso⁵ (1994-2002) criou-se o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) no qual propunha a separação do Ensino Médio do ensino técnico repetindo a velha dualidade, isso resultou em uma formação muito rápida e com precarização pedagógica e uma certificação desqualificada.

Em 2002, durante o governo Lula⁶, houve abertura de debates e propostas voltadas para educação de todos, concomitante a programas voltados para inclusão no mercado de trabalho. Sendo somente em 2004 que o Decreto nº 2.228/97, que separava o Ensino Médio do ensino profissionalizante, foi revogado em virtude do novo Decreto nº 5.154/2004, que determina a reintegração, novamente, do Ensino Técnico ao Médio, possibilitando amenizar a história da dualidade da educação: “*Art. 4º A educação profissional técnica de nível médio, nos termos dispostos no parágrafo 2º do art. 36, art. 40 e parágrafo único do art. 41 da Lei nº 9.394, de 1996, será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio*” (BRASIL, 2004).

⁴ Idade mínima de 15 anos completos.

⁵ Fernando Henrique Cardoso, conhecido como FHC, sociólogo, cientista político, professor universitário, escritor e político brasileiro, foi o 34.º presidente da República Federativa do Brasil entre 1995 e 2003.

⁶ Luiz Inácio Lula da Silva, conhecido como Lula, ex-sindicalista, ex-metalúrgico e político brasileiro, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT).. Foi o 35.º presidente do Brasil entre os anos de 2003 a 2011.

Em 2005, por meio do Decreto nº 5.478/2005, criou-se o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio (PROEJA) o qual tem como objetivo a formação inicial e continuada de jovens que não concluíram a educação básica na idade considerada apropriada. O PROEJA representa uma tentativa de minimizar esse descaso histórico com essa população, permitindo a integração de ciência, trabalho e cultura que vem minimizar essa histórica formação para o trabalho separada da educação comum. Vale destacar que esse decreto foi revogado em 2006 pelo decreto nº 5.840/2006, cujo objetivo permanece inalterado.

Embora os avanços, ainda não se alcançaram as metas estabelecidas pelo PNE (2014-2024) sendo elas: Meta 3 (Ensino Médio) - Alcançar 100% do atendimento escolar para adolescentes entre 15 e 17 anos até 2016 e elevar, até 2024, a taxa líquida de matrículas dessa faixa etária no ensino médio para 85% ; Meta 7 (Aprendizado adequado na idade certa) - Melhorar a qualidade da educação e aumentar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) em três etapas até 2021: 6,0 nos anos iniciais do fundamental; 5,5 nos anos finais do fundamental e 5,2 no ensino médio; Meta 8 (Escolaridade média) - Aumentar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, alcançando, até 2024, a média de 12 anos de estudo para as populações do campo e dos 25% mais pobres; além disso, igualar a escolaridade média entre negros e não-negros; Meta 9 (Alfabetização e alfabetismo de jovens e adultos) - Reduzir para 6,5% a taxa de analfabetismo da população maior de 15 anos até 2015 e erradicá-la em até dez anos, além de reduzir a taxa de analfabetismo funcional pela metade no mesmo período; Meta 10 (EJA integrada a educação profissional) - Garantir que pelo menos 25% das matrículas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) seja integrada à educação profissional.

O número de procura pela EJA atualmente é insatisfatório, em razão da omissão dos poderes públicos que consideram “perda de tempo” o investimento em pessoas, que segundo eles, já estão próximas ao fim de suas vidas e pouco poderiam vir a contribuir economicamente para o país, não criando condições para mobilização da demanda por escolarização, nem garantindo os direitos básicos para que possam concluir o ensino.

A influência do pensamento de Paulo Freire no processo de ensino e de aprendizagem da Educação de Jovens e Adultos no Brasil repercutiu nas propostas educacionais brasileiras.

AS CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE PARA SE COMPREENDER A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Paulo Reglus Neves Freire (1921-1997), conhecido mundialmente como Paulo Freire, Patrono da Educação Brasileira⁷, é considerado um dos maiores pensadores da história da pedagogia em virtude de suas inúmeras contribuições para a educação e educação popular, sendo responsável pela elaboração do sistema de alfabetização destinado aos alunos da EJA. Contudo, seu início não foi implantado em todo o território brasileiro conforme esperado.

Freire nasceu em Recife, no estado de Pernambuco em 1921 e aprendeu a ler e escrever com o auxílio de seus pais, no quintal de sua casa, na sombra de uma árvore, escrevendo palavras e frases relacionadas a suas experiências de vida. Antes mesmo dele ser inserido no mundo da palavra, já vivenciava a leitura do mundo, pois segundo Freire, a leitura e a escrita das palavras, passam primeiramente pela leitura do mundo. *“Ler o mundo é um ato anterior à leitura da palavra. “O ensino da leitura e da escrita da palavra a que falte o exercício crítico da leitura e da releitura do mundo é, científica, política e pedagogicamente, capenga.” (FREIRE, 1988, p. 9).*

Formou-se em direito em 1947, com 22 anos, na Faculdade de Direito em Recife, mas, atuou como professor de Língua Portuguesa, se apaixonando pela área. Buscava despertar a curiosidade de seus discentes de maneira dinâmica, sendo contra a educação que chamaria anos mais tarde de “educação bancária”⁸.

Segundo Freire, a educação deveria corresponder a formação plena do ser humano, sendo uma preparação para a vida, com formação de valores, voltada para a idealização de uma sociedade justa e igualitária, propondo uma pedagogia libertadora, afirmando que:

Não é possível atuar em favor da igualdade, do respeito aos direitos à voz, à participação, à reinvenção do mundo, num regime que negue a liberdade de trabalhar, de comer, de falar, de criticar, de ler, de discordar, de ir e vir, a liberdade de ser (FREIRE, 2002, p.193).

Em 1963, orientou em Angicos, no Rio Grande do Norte, o uso de um método de alfabetização de jovens e adultos, um método inovador, que foi capaz de promover a alfabetização em 45 dias de 300 discentes (FREIRE, 2018). Seu sistema se baseia nas

⁷ Patrono da Educação Brasileira pelo Decreto de Lei 12.612/2012, sancionada pela presidente Dilma Rousseff.

⁸ Educação mecanizada, modelo de ensino tradicionalista e totalitarista, os discentes eram transformados em meros repetidores de conteúdos, não se levava em consideração o próprio eu da criança, onde ela pudesse se expressar e ter sua formação integral, era como se todas fossem iguais. Não acontecendo o verdadeiro aprendizado, o discente apenas aceitava o que o docente dizia, era um aprendizado momentâneo.

experiências e vivências de seus alunos, sendo de caráter silábico, mas que priorizava o sentido e a compreensão crítica do mundo, por meio da escolha das palavras geradoras a serem trabalhadas, eliminando o controle artificial do vocabulário. A partir da chamada palavra geradora que são analisadas e sistematizadas as famílias silábicas.

Desta forma, pode-se dizer que a alfabetização era desenvolvida com métodos sintéticos e analíticos. O analfabeto era capaz de sentir a caneta, perceber a caneta, e também falar caneta, mas ele não era capaz de escrever ou ler essa palavra. Sendo assim, para Paulo Freire, a alfabetização seria a montagem da expressão escrita da expressão oral, ou seja, partia-se das vivências e do conhecimento do mundo que seus alunos traziam para que assim pudesse alfabetizá-los, o que seria uma grande contribuição para a redução do analfabetismo no Brasil.

É importante compreender a história que esse aluno traz consigo, no qual segundo Roberto Castelli Jr (2014) são inúmeras as dificuldades enfrentadas pelo público da EJA para conseguir permanecer na escola, tendo que muitas vezes conciliar a vida profissional, escolar e familiar e a escola acaba não levando isso em consideração.

Em 1964, foi acusado de fazer doutrinação marxista e foi preso. Sendo exilado no Chile, onde atuou por cinco anos e sistematizou suas experiências desenvolvidas no Brasil. Realizou diversos trabalhos em vários países e retornou ao Brasil passando a lecionar na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Tornou-se Secretário de Educação no Município de São Paulo, em 1989, no governo paulista de Luiza Erundina. Faleceu em São Paulo no ano de 1997, vítima de infarto. Após sua morte, Paulo Freire ainda é ícone de referência a todos os educadores e pensadores da educação, os quais utilizam de seus ensinamentos para promover a Educação de Jovens e Adultos, abordando os conhecimentos do cotidiano e construindo-os de forma coletiva. Nessa modalidade de ensino, o professor depara-se com um grande desafio que é utilizar uma metodologia que atenda ao nível de aprendizagem de cada aluno trabalhador, garantindo a permanência do aluno na sala de aula.

O conhecimento do cotidiano dos estudantes é um dos legados que Paulo Freire deixa para a educação e, sobretudo, para a EJA. Por que os estudantes interrompem seus estudos? A escola reconhece quem são esses jovens, adultos e idosos que retornam? Buscando atender e incluir os jovens e adultos que não tiveram oportunidade de estudo na idade considerada recomendada e que desejam retornar aos estudos, o município oferta de forma presencial nas escolas a modalidade EJA.

ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE MARIANA/MG

A cidade de Mariana tem cinco escolas que ofertam o ensino na modalidade EJA, sendo elas: o Centro de Educação Municipal Padre Avelar (CEMPA), localizado na Rodovia do Contorno, s/n, bairro São Sebastião, Colina, que também atende alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental anos iniciais; a Escola Estadual Dom Benevides, localizada na Praça Dom Benevides, nº23, bairro Chácara, atendendo o público da EJA no Ensino Médio; a Escola Dom Silvério, localizada na Avenida Manoel Leandro Correia, s/n, bairro Centro, que também recebe o público da EJA no Ensino Médio; a Escola Municipal Dom Luciano Pedro Mendes de Almeida (E. M. Dom Luciano), localizada na Rua Perimetral Sucupira, s/n, Bairro Rosário, que oferece as seguintes etapas de ensino: Ensino Infantil, Ensino Fundamental, Anos Finais, Ensino Regular e EJA (a partir do oitavo ano) e, a Escola Municipal Monsenhor José Cota (E. M. M. José Cota), localizada na Rua Diamantina, nº1, bairro Cabanas do Barão, que recebe o público da EJA no Ensino Fundamental e Ensino regular. Para a escolha da escola como campo de pesquisa, levamos em consideração a aceitabilidade da instituição e as possibilidades das pesquisadoras.

De acordo com o IBGE (2010), existem cerca de 3.110 analfabetos (9,6%) na cidade de Mariana, o que nos leva a pensar ainda mais sobre os desafios de permanência desses estudantes e que não basta apenas ofertar o acesso, mas sim, que devem ser oferecidas as possibilidades de permanência desses indivíduos.

Segundo as pesquisas realizadas no sentido de verificar quantas matrículas existem no município de Mariana no ano de 2021/2022 constatou-se 837 matrículas, diante disso, podemos concluir que o número de matrículas é insuficiente diante dos números de analfabetismo no Município de Mariana (QEDU, 2022).

Com objetivo de identificar as dificuldades de acesso e permanência dos jovens e adultos na instituição, selecionaremos uma turma da EJA do Ensino Fundamental I de uma escola da cidade de Mariana, com 08 alunos, para desenvolvimento desta pesquisa.

A Escola Municipal “Monsenhor José Cota”, integrante da Rede Municipal de Ensino, é uma instituição educacional que tem como objetivo atender a comunidade do bairro Cabanas e arredores. A escola possui esse nome em homenagem ao reverendíssimo José Pedro Cotta, autoridade religiosa e ex-prefeito da cidade de Mariana, nascido em 02 de junho de 1874, na fazenda da Fábrica Nova, distrito de Camargos, no município de Mariana.

Em 2007, implantou-se a modalidade Educação de Jovens e Adultos a fim de atender

aos alunos em defasagem idade/série e que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na faixa etária própria. Atualmente a escola conta com 03 turnos, atendendo da Educação Infantil ao Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) e a Educação de Jovens e Adultos (EJA), contando com cerca de 1.569 alunos.

SUJEITOS JOVENS E ADULTOS E A ESCOLARIZAÇÃO : ENTRE PERCALÇOS E POSSIBILIDADES

A Educação de jovens e adultos (EJA) é uma modalidade de ensino criada pela Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/1996, destinada a atender aos jovens de 15 anos ou mais que não tiveram direito ao ensino em sua idade considerada adequada e que acabaram, portanto, tendo o seu direito à educação violado.

Os alunos da EJA, na instituição pública em sua maioria, são trabalhadores, donas de casas e desempregados, e indivíduos que tiveram pouco acesso ou nenhum acesso à cultura letrada, ambos provenientes de vulnerabilidade econômica, muitas vezes, a experiência com o trabalho inicia prematuramente em suas vidas. Porém, esse mesmo motivo pode incentivá-los a retomar os estudos. Muitos buscam melhores oportunidades de trabalho, enquanto outros esperam conseguir melhorias nas condições de vida, na autoestima, na socialização, entre outros. Quando retornam podem encontrar dificuldades em conciliar o trabalho, a família e os horários com o estudo, sendo um dos principais responsáveis pelas causas da evasão escolar.

Em geral, a razão desses estudantes terem abandonado as escolas em sua fase destinada à escolarização, está vinculada ao trabalho, para prover a renda familiar ou o próprio sustento, gravidez na adolescência, fracasso escolar e principalmente falta de oportunidades e acesso às escolas. Esses indivíduos não são quaisquer jovens ou adultos que frequentam a EJA, são pessoas que carregam uma história e um percurso diferente por si trilhado. Os jovens da EJA procuram uma forma de ensino diferenciada, geralmente esses jovens eram os alunos que não se enquadravam ao formato tradicional de ensino, conseqüentemente acabaram acumulando uma grande trajetória de fracassos escolares. Esses alunos geralmente conciliam a vida profissional, escolar e familiar, por essa razão, o educador da EJA deve buscar compreender o contexto no qual cada estudante se encontra inserido e os valores que carrega consigo. Portanto, deve-se proporcionar as condições necessárias de permanência desse público e tornar o ensino mais atrativo, pensar nos sujeitos da EJA, é trabalhar com a diversidade, respeitando as diferenças, e o docente tem papel primordial na

permanência deste aluno na instituição, atuando como mediador e facilitador da aprendizagem.

Alguns educadores da EJA, constroem alternativas para lidar com os seus alunos em seus diferentes níveis de aprendizagem, desenvolvendo diversas habilidades para mediar esse processo de ensino, auxiliando-os no enfrentamento das dificuldades e desafios, estabelecendo assim um círculo de confiança, em que todos possam ensinar e aprender numa troca mútua.

Porém, ainda são poucos os profissionais qualificados para assumir as disciplinas da EJA, sendo poucas as Universidades que ofertam em seu currículo de Pedagogia em Licenciatura conteúdos que promovam um profissional para que se possa atuar nesta área, no qual o foco das pedagogias de licenciaturas estão relacionadas aos anos iniciais, utilizando práticas pedagógicas baseadas em uma perspectiva da educação infantil, não possuindo um material elaborado exclusivamente para esses sujeitos. Vale destacar que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) não possui um currículo voltado para o ensino da EJA, essa ausência na BNCC acometeu a modalidade, visto que, fica a critério de cada município e estado promover ou não a continuidade desta, pois em razão da não obrigatoriedade, ficando inacessível oferecer um currículo que não dialoga com suas especificidades e contextos em que este sujeito está inserido.

Também se faz necessário promover um investimento maior nos profissionais da EJA e uma maior valorização dos salários, para que possa atrair os profissionais mais qualificados, porque ensinar não é arte, ninguém nasce sabendo ensinar, se fazendo necessário estudar e se aperfeiçoar a cada instante, conforme Paulo Freire: *“Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender (FREIRE, 2004, p. 25).”*

Vale ressaltar que as mobílias das escolas também não condiz com a realidade desses estudantes. Nem mesmo as cadeiras, mesas e bibliotecas são adaptadas para esses alunos, tudo é exatamente igual ao do público infantil, se caracterizando como uma reprodução simplificada do trabalho que é executado com as crianças.

Para atender esse aluno se faz necessário a construção de um currículo específico voltado para esse público, que seja pautado nas necessidades e vivências desses alunos, respeitando seus saberes, debatendo seus conhecimentos em articulação com os conteúdos, princípios esses que tanto Freire (2002) defendia.

Segundo Roberto Catelli (2014), esses alunos poderiam ter autonomia para escolher de acordo com suas necessidades a melhor forma para estar desenvolvendo o curso, sendo ele pelo ensino remoto ou presencial, podendo ser realizado em qualquer horário do dia, de

acordo com a necessidade de cada aluno. Visto que, esse modelo atual de ensino da EJA mostra incompatibilidade com as condições de vida de alguns dos estudantes, e para que suas matrículas aumentem e a sua evasão diminua, deve-se proporcionar as condições necessárias de permanência desse público e tornar o ensino mais atrativo, conforme Paulo Freire (2004), o ensino deve ser capaz de promover maior envolvimento da escola com os alunos, além de ter profissionais qualificados e com condições de possibilitar a autonomia desses sujeitos.

Esses sujeitos buscam o retorno aos estudos visando o processo de formação humana e social. Nesse sentido, a escola é como um elo para que se possa conseguir atingir esse objetivo, pois, com o estudo é possível ter alguma mudança de vida. Portanto, devemos garantir que existam escolas destinadas para esses estudantes e que eles possam ter acesso a elas, para que o indivíduo não seja responsabilizado por um direito que não possa gozar.

E para se efetivar o direito subjetivo à educação a Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96), define as competências para os estados e municípios buscando incluir a população em idade escolar para a educação de jovens e adultos que a ele não tiveram acesso, conforme se declara em seu art 37 que:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (BRASIL, 1996).

OS ALUNOS DA EJA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL ESCOLA MUNICIPAL MONSENHOR JOSÉ COTA, TÊM DIFICULDADE PARA ACESSAR OS ESTUDOS E PERMANECER NA ESCOLA ?

Com o intuito de sanar essa questão foi realizada uma pesquisa exploratória com uma amostra de 08 alunos da EJA do Ensino Fundamental I, com idades entre 28 a 62 anos. Todos estudantes da Escola Municipal Monsenhor José Cota.

A escolha do tipo de estudo se deu pelas características deste apontadas por Malhotra (2001), segundo o qual a pesquisa exploratória é usada em casos nos quais é necessário definir o problema com maior precisão. De acordo com Gil (2008), por ser um tipo de pesquisa muito específico, a pesquisa exploratória quase sempre assume a forma de um estudo de caso. A abordagem do estudo é qualitativa, pois os dados produzidos foram prioritariamente descritivos, obtidos através de observação, análise documental e realização de um questionário.

Assim, esse tipo de abordagem qualitativa, conforme Gil (1999), propicia o aprofundamento da investigação das questões relacionadas ao fenômeno em estudo e das suas relações, mediante a máxima valorização do contato direto com a situação estudada, buscando-se o que era comum, mas permanecendo, entretanto, aberta para perceber a individualidade e os significados múltiplos.

A produção dos dados foi efetuada por meio de observação e aplicação de questionário para nosso público alvo. A análise dos dados foi realizada com base nas respostas aos questionários, onde buscamos apontar as convergências e as singularidades, as quais foram fundamentadas por meio da literatura da área e pela legislação educacional. Segundo Marconi e Lakatos (MARCONI; LAKATOS, 1999, p.100) questionário é um instrumento constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. O roteiro foi composto por 15 perguntas, sendo 7 fechadas e 8 abertas. Ambas as questões foram feitas para possibilitar conhecer melhor o público alvo e identificar as barreiras de acesso e permanência dos estudantes da EJA.

Conforme Zanella (2006), conhecer bem determinado tema implica investigar com profundidade o que dizem os autores, isto é, buscar na literatura as contribuições teóricas já produzidas.

Junto ao questionário estava descrito de forma explicativa a natureza de nossa pesquisa e a sua importância. Para elaboração deste artigo foram analisados 08 questionários, respondidos pelos alunos da EJA da Instituição Municipal Monsenhor José Cota, no qual a identidade dos entrevistados foi resguardada, como forma de preservar os aspectos éticos envolvidos.

Ao serem questionados sobre o porquê de ter que trabalhar desde criança, a maioria deles responderam que precisavam ajudar os pais. Um dos principais motivos alegados pelas mulheres foi o cuidado com a casa e com os irmãos menores, pelo fato da mãe ter muitos filhos e necessitava da ajuda das filhas nas tarefas domésticas e no cuidado com os irmãos, enquanto que os homens frisaram o trabalho como maior impedimento. Sendo assim, as crianças em situação de trabalho infantil acabam sendo privadas de uma infância plena, com sonhos, brincadeiras e a sua educação fica comprometida, restringindo seus direitos e limitando suas oportunidades futuras, podendo também acarretar graves problemas para a vida adulta como danos físicos, mentais e sociais. Os gráficos a seguir buscam evidenciar alguns pontos relevantes dos resultados dos questionários aplicados aos alunos.

O primeiro gráfico revela que a maior parte dos alunos dessa turma começaram a

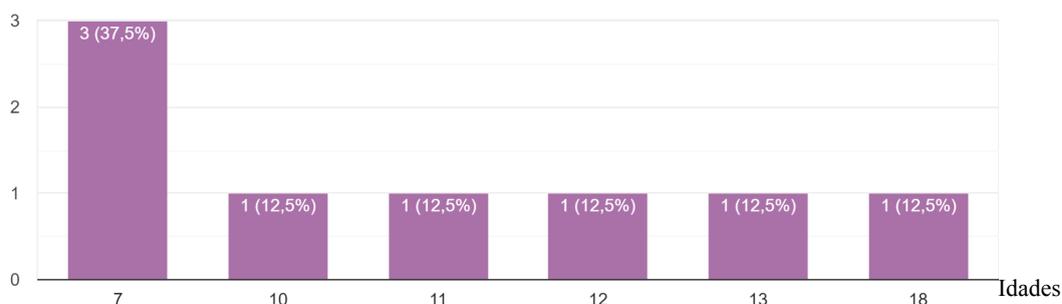
trabalhar desde muito cedo, aos 7 anos, tendo sua infância substituída pelo trabalho, período esse que é de extrema importância para o desenvolvimento da cognição, aprendizado e interação social da criança. A criança que goza de sua infância consegue aprender a responder aos estímulos de forma significativa e estabelece contato com o mundo no qual se está inserido. Portanto, o trabalho infantil é um fator de risco ao desenvolvimento do indivíduo pela sobrecarga física e privação de direitos da infância.

Os principais fatores responsáveis pelo trabalho infantil de acordo com nosso estudo tem como motivação a necessidade financeira, aliada ao tamanho da família, e a necessidade de auxiliar nos serviços domésticos. Diante disso, o trabalho assume a tarefa de formação e preparo desses indivíduos, pois a escola e o brincar, não exercem seu papel devido à ausência de oportunidades para acesso e permanência a essas atividades típicas da infância.

Contudo, identificamos que os participantes que tiveram a sua escolarização prejudicada na infância pelo trabalho, afirmam que o trabalho, que foi motivo de afastamento da escola na infância, é o mesmo que os motivam a voltarem a estudar, almejando melhores condições de vida e de emprego.

Com qual idade você começou a trabalhar?

Participantes



Dentre os motivos para retornar à escola, o que mais se destaca é a procura por um trabalho melhor, visto que a maioria exerce profissões pouco valorizadas, como: faxineira, pedreiro e serviços alternativos como “bicos”, isto revela a consciência de que estudar pode ajudar não apenas a formar cidadãos, mas também é um primeiro preparo para que possa conseguir um bom trabalho. A influência dos familiares e amigos também foi motivo para que alguns dos alunos entrevistados retornassem à escola. Outro motivo que foi relevante para que boa parte dos entrevistados retornasse à escola foi a vontade de aprender mais, infere-se que

apesar de todas as dificuldades para estar na escola, a vontade de aprender os motiva a permanecer na escola. Esta vontade de aprender mais pode se dar para uma satisfação pessoal, melhora na estima dos alunos, que muitas vezes já foram excluídos da sociedade por não terem um grau mais elevado de estudos, ou seja, toda essa persistência em continuar os estudos, é pela busca de realizar o sonho de aprender a ler e escrever.

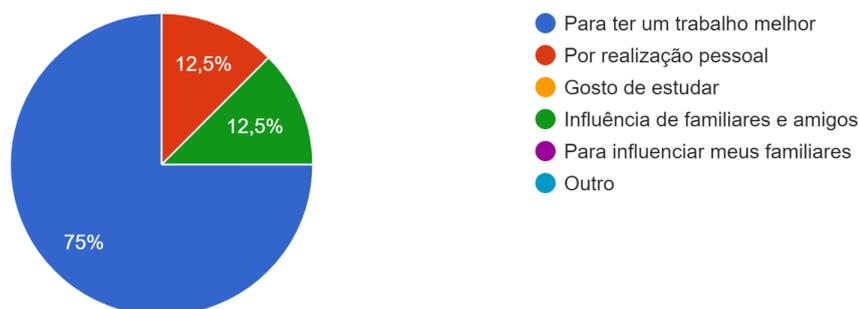
Para Freire, a educação deveria corresponder a formação plena do ser humano, denominada por ele de preparação para a vida, com formação de valores, atrelados uma proposta política de uma pedagogia libertadora, fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária:

Não é possível atuar em favor da igualdade, do respeito aos direitos à voz, à participação, à reinvenção do mundo, num regime que negue a liberdade de trabalhar, de comer, de falar, de criticar, de ler, de discordar, de ir e vir, a liberdade de ser. (FREIRE, 2002, p.193)

Em vista disso, devemos reforçar que a proposta da EJA é formar cidadãos para a vida, com valores que proporcionem a formação de uma sociedade justa, onde todos tenham seus direitos respeitados.

O que lhe motivou a retornar aos estudos?

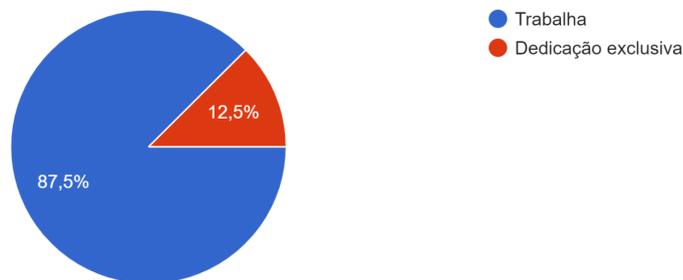
8 respostas



De acordo com o gráfico abaixo, a maioria dos alunos são trabalhadores, 87,5% dos alunos entrevistados trabalham e conciliam o trabalho com o estudo, e 12,5% têm dedicação exclusiva aos estudos, esse percentual se refere a um aluno que é aposentado e uma aluna que é dona de casa.

Você trabalha atualmente ou está com dedicação exclusivamente nos estudos?

8 respostas



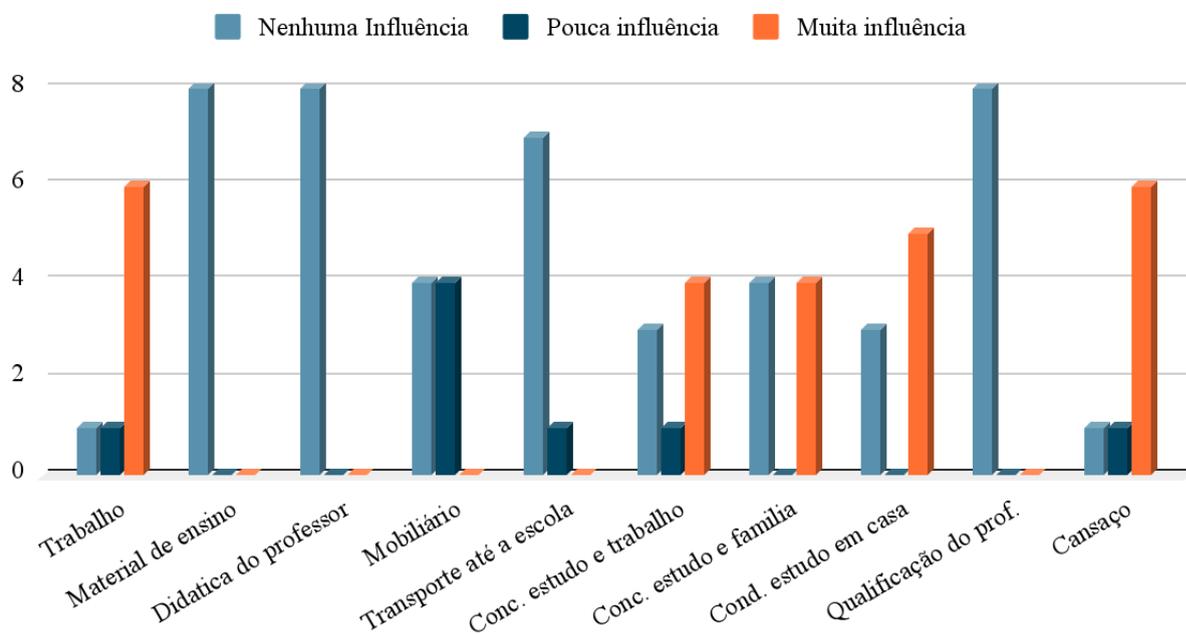
A partir do gráfico dos principais motivos que influenciam na permanência dos alunos na escola, é possível perceber que os fatores que mais influenciam são: dificuldade em conciliar o trabalho, com o estudo em casa e a família, essa necessidade de trabalhar muito cedo e a inexperiência desses alunos em conciliar trabalho e emprego fez com que os estudos ficassem de lado.

A maioria dos alunos entrevistados disseram que quando vão para a escola, geralmente estão cansados do trabalho, fator este que muito influencia na permanência e no bom aprendizado do aluno trabalhador.

Mediante análise dos dados constatou-se que os alunos aprovam a didática da professora bem como o material de ensino, e a escola possui mobiliário adequado e eles têm fácil acesso à escola. A turma demonstrou bastante interesse nas aulas e é muito participativa. Pelo fato de ser uma turma pequena, facilita a interação da professora com os alunos. Porém, ao longo das aulas, observei que muitos alunos apresentam muitas dificuldades para realizar as atividades propostas pela professora. Portanto, o professor para atuar nessa modalidade de ensino deve refletir sobre suas próprias práticas e elaborar estratégias em cima delas, assumindo sua realidade escolar como um objeto de pesquisa, de reflexão e de análise. Assim sendo, podemos afirmar que a formação de professores é extremamente importante, pois o professor bem qualificado é capaz de rever e reavaliar sua prática, realizando sempre as alterações necessárias para que assim, seja capaz de atingir a melhor aprendizagem.

Portanto, Freire mostra que é necessário na educação uma prática da liberdade, quanto mais se problematizam os educandos como seres no mundo, mais eles se sentirão desafiados e responderão de forma positiva, ao contrário de uma educação bancária, domesticadora, que apenas depositam os conteúdos nos alunos.

Quais são os principais motivos que dificultam sua permanência na escola, apontando o grau de influência de cada um deles:



CONCLUSÃO

O presente estudo possibilitou refletir sobre o ensino da EJA na escola Monsenhor José Cota, enfatizando os desafios enfrentados pelos alunos dessa modalidade durante a história da EJA existente no Brasil. Diante disso, para auxiliar esse estudo, iniciamos realizando um breve histórico da EJA no Brasil, a qual teve uma trajetória marcada por movimentos não idealizados pelos seus educadores, sem material didático adequado e que não valorizavam o trabalho dos docentes, com objetivo de apenas formar mão de obra.

No qual tiveram a participação de movimentos sociais, que reivindicavam por políticas mais efetivas para a educação de Jovens e Adultos. Logo, as políticas públicas visam garantir e reconhecer o direito à diversidade, sem opor-se à luta pela superação das desigualdades sociais, proporcionando a inclusão de todos no processo educacional de qualidade. Para alcançar esse objetivo se faz necessário implantar currículos adequados para esse público. Além disso, os docentes devem buscar uma formação adequada, para utilizar metodologias de ensino diferenciadas, para que esses sujeitos possam ter uma aprendizagem significativa, levando em consideração suas experiências de vida.

Paulo Freire foi um educador que contribuiu significativamente com a educação de

Jovens e Adultos, trazendo um novo olhar para esse público, através de seu sistema de alfabetização, no qual visava a emancipação das camadas populares, colaborando para a construção de uma Educação Libertadora voltada para o desenvolvimento de uma consciência crítica e reflexiva, considerando uma nova relação entre o docente e o discente, ou seja, seu sistema tinha como fundamento compreender o universo do aluno, partindo dos conhecimentos prévios por eles já adquiridos, para que assim o processo do ensino aprendizagem pudesse fazer sentido para aquele indivíduo, logo, a educação para Freire é visto como um ato político e emancipatório.

Durante a realização de nossa pesquisa concluímos que um dos fatores que mais dificulta aos estudantes da Educação de Jovens e Adultos do nosso campo de pesquisa, é o fato que eles tiveram que começar a trabalhar muito cedo, em sua maioria aos 7 anos de idade, trocando a educação na infância pelo trabalho. Sendo assim, as crianças em situação de trabalho infantil acabam sendo privadas de uma infância plena, com sonhos, brincadeiras e a sua educação fica comprometida, restringindo seus direitos e limitando suas oportunidades futuras, podendo também acarretar graves problemas para sua vida escolar, evidenciando que por causa do trabalho precoce deixaram os estudos incompletos ou até mesmo nem tiveram contato na escola quando crianças. Essa necessidade de trabalhar desde cedo e a inexperiência desses alunos em conciliar o trabalho e emprego fez com que os estudos ficassem de lado.

Podemos evidenciar que os alunos na sua maioria, estão inseridos no mercado de trabalho, pois buscam melhoria da qualidade de vida, realização pessoal, e por esses motivos os alunos regressam à escola, buscando romper barreiras preconceituosas, geralmente transpostas em função de um grande desejo de aprender e com isso se sentirem acolhidos e incluídos na sociedade.

Evidentemente que as conclusões aqui relatadas, realizadas no município de Mariana, Minas Gerais, ainda não dão conta da diversidade que compõe a EJA. Porém, servem de representação que ainda há desafios a serem superados e que se faz necessário pensar em ações que venham somar a trajetória de lutas na educação de jovens e adultos.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. **Estudo de caso: seu potencial na educação.** *Cadernos de pesquisa*, n. 49, p. 51-54, 2013. Acesso em 15 de abril de 2022.

BEISIEGEL, Celso Rui. O pensamento de Paulo Freire: suas implicações na Educação Superior. Eduardo Santos e Manuel Tavares conversam com o Professor Celso Rui Beisiegel. *Revista Lusófona de Educação*, n. 24, p. 165-180, 2013. Acesso em 25 de março de 2022.

BRASIL, CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Acesso em 31 de março de 2022.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** nº 9394/96. Brasília: 1996. Disponível em: Acesso em: 02 de abril de 2022.

CARDOSO, Fernando Henrique. Fernando Henrique Cardoso. **Língua e Literatura**, p. 158-179, 1984. Acesso em 28 de março de 2022.

CATELLI JUNIOR, Roberto Catelli et al. Proposições de organização curricular na educação de jovens e adultos. *Cadernos Cenpec*|Nova série, v. 3, n. 2, 2014. Acesso em 01 de abril de 2022.

DI PIERRO, Maria Clara. **Luta social e reconhecimento jurídico do Direito Humano dos jovens e adultos à educação.** *Educação*, 2008, 33.3: 395-410. Acesso em: 02 de abril de 2022.

DI PIERRO, Maria Clara. Educação de jovens e adultos (EJA). IN: OLIVEIRA, Dalila et alii. **Dicionário de Trabalho, Profissão e condição Docente.** Belo Horizonte: UFMG/GESTRADO, out. 2010. Acesso em 14 de abril de 2022

FREIRE, Ana Maria Araújo. **Paulo Freire: uma história de vida.** Editora Paz e Terra, 2018. Acesso em 15 de abril de 2022.

_____. Alfabetização de adultos e bibliotecas populares. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO.** 1982. Acesso em: 05 de abril de 2022.

_____. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam:** Volume 22. São Paulo: Cortez, 2017. Acesso em 22 de março de 2022.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 29a ed. São Paulo. Paz e Terra, 2004. Acesso em 26 de maio de 2022.

_____. **Pedagogía del oprimido.** 1968. Acesso em 16 de abril de 2022.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; DI PIERRO, Maria Clara. **Preconceito contra o analfabeto.** 2013. Acesso em 15 de abril de 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LAFFIN, M. H. L. F. **A constituição da docência na educação de jovens e adultos.** Currículo sem fronteiras, v. 12, n. 1, p. 210-228, 2012. Acesso em 14 de abril de 2022.

MALHOTRA, Naresh . **Pesquisa de marketing.** 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARQUES, Denise Travassos; PACHANE, Graziela Giusti. **Formação de educadores: uma perspectiva de educação de idosos em programas de EJA.** Educação e Pesquisa, v. 36, p. 475-490, 2010. Acesso em 10 de abril de 2022.

MACIEL, David. **O governo Collor e o neoliberalismo no Brasil (1990-1992).** Revista UFG, v. 13, n. 11, 2011. Acesso em 17 de abril de 2022.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/programa-de-expansao-da-educacao-profissional-proep/>>. Acesso em 15 de abril de 2022.

MORAES, Marilei Schackow; DA CUNHA, Silmara dos Santos; VOIGT, Jane Mery Richter. **Onde está a Educação de Jovens e Adultos na BNCC? Anais do Colóquio Luso-Brasileiro de Educação-COLBEDUCA,** v. 4, n. 1, 2019. Acesso em 17 de abril de 2022.

MOYSÉS, Gerson Luís Russo; MOORI, Roberto Giro. **Coleta de dados para a pesquisa acadêmica: um estudo sobre a elaboração, a validação e a aplicação eletrônica de questionário.** Anais do 27 Encontro Nacional de Engenharia de Produção, p. 09-11, 2007. Acesso em 05 de maio de 2022.

OLIVEIRA, José Luiz. **As origens do MOBRAL**. 1989. Tese de Doutorado. Acesso em 16 de abril de 2022.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico Científico editado pela ANPAE, v. 25, n. 2, 2009. Acesso em 01 de abril de 2022.

QEDU. **QEDu: use dados. transforme a educação.. Use dados. Transforme a educação..** 2022. Disponível em: <https://novo.qedu.org.br/>. Acesso em: 22 maio 2022.

UNESCO. **Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos VI CONFINTEA**. Disponível em: http://confinteabrasilmais6.mec.gov.br/images/documentos/documento_nacional_preparatorio_VI_CONFINTEA.pdf. Acesso em 15 de abril de 2022.

SILVA, Fernanda Aparecida Oliveira Rodrigues; SOARES, Leôncio. Educação de Jovens e Adultos na esfera municipal em Minas Gerais. **Educação e Pesquisa**, v. 47, 2021. Acesso em 26 de abril de 2022.

SOARES, Leôncio J. G.; PEDROSO, A. P. F. **Formação de educadores na EJA: alinhando contexto e tecendo possibilidades**. Educ. rev., Belo Horizonte, v. 32, n. 4, p. 251-268, dez. 2016. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/edur/v32n4/1982-6621-edur-32-04-00251.pdf>. Acesso em 31 de março de 2022.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia da pesquisa**. Florianópolis: SEaD: UFSC, 2006.